



BRUNA ANDRIELY GONÇALVES NOGUEIRA

**O SOFT POWER E A DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA: A CULTURA
COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA MILITAR**

Canoas, 2024

BRUNA ANDRIELY GONÇALVES NOGUEIRA

**O SOFT POWER E A DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA: A CULTURA
COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA MILITAR**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da
Universidade La Salle - Unilasalle, como
exigência parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientação: Prof. Dr^a. Patrícia da Costa Machado

Canoas, 2024

Aos meus pais e avó que estiveram presentes
durante toda esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente aos meus pais, Deise e Jerry, por estarem presentes nos meus primeiros passos, nos meus acertos e erros, vitórias e fracassos, por acreditarem nos meus sonhos tanto quanto eu e por me transmitirem valores inegociáveis.

À minha avó Janete, agradeço pelo exemplo de independência, coragem e compaixão, sem teu incentivo nada disso seria possível.

Agradeço aquelas que me acompanharam não desde o princípio, mas desde o momento certo, obrigada por cada segundo vivido ao lado de vocês, Gabriela, Laura, Marcelle e Náthally.

Aos meus sogros, Susete e Aquiles, obrigada por terem sido um porto seguro em tempos de mudança.

Ao Vitor, com quem escolhi dividir a vida, os gatos, os momentos bons e também os difíceis, obrigada por ser minha âncora durante as marés mais difíceis.

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha orientadora, Prof. Dr^a. Patrícia da Costa Machado, por me acompanhar desde a primeira aula da graduação até a entrega deste trabalho, obrigada pela paciência, orientação, compreensão e incentivo.

“Agradeça se acaso tiver alguém que você gostaria que estivesse sempre com você, na rua, na chuva, na fazenda, ou numa casinha de sapê...” - Hyldon.

“Forte é quem, depois de tanto perder, reergue-se e segue lutando.”

Ayrton Senna

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso explora a intersecção entre a diplomacia cultural e o Soft Power no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985). Durante esse período, a repressão e a censura tentaram silenciar as manifestações culturais que se opunham ao regime. No entanto, artistas e músicos descobriram na arte uma forma de resistência, utilizando suas obras e performances para promover ideais de liberdade e desafiar a autoridade. A pesquisa examina como a cultura se tornou um meio de enfrentamento político, relacionando-se com os conceitos de diplomacia cultural e Soft Power. Por meio de uma abordagem teórica e histórica, o estudo busca compreender de que maneira a diplomacia cultural funcionou como uma ferramenta eficaz de resistência contra a censura, ressaltando a relevância da arte como um instrumento de denúncia e transformação social em um cenário de intensa repressão.

Palavras-chave: Diplomacia cultural; Soft power; Resistência artística; Ditadura militar brasileira.

ABSTRACT

This thesis examines the intersection of cultural diplomacy and Soft Power within the context of the Brazilian military dictatorship (1964-1985). During this era, repression and censorship sought to silence cultural expressions that opposed the regime. Nevertheless, artists and musicians found in art a means of resistance, employing their works and performances to advocate for freedom and challenge authority. The research investigates how culture emerged as a form of political confrontation, linking it to the concepts of cultural diplomacy and Soft Power. Through a theoretical and historical lens, the study aims to understand how cultural diplomacy served as an effective tool of resistance against censorship, emphasizing the significance of art as an instrument for denunciation and social change in a climate of severe repression.

Keywords: Cultural diplomacy; Soft power; Artistic resistance; Brazilian military dictatorship.

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 SOFT POWER E DIPLOMACIA CULTURAL: DEBATES CONCEITUAIS.....	10
3 A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: CONTEXTO HISTÓRICO.....	12
4 O USO DA DIPLOMACIA CULTURAL NOS ANOS DE CHUMBO (1968-1985).....	16
5 CONCLUSÃO.....	20
REFERÊNCIAS.....	21

1 INTRODUÇÃO

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), a repressão e a censura tentaram silenciar manifestações culturais contrárias ao regime. Nesse cenário, artistas e músicos encontraram nas composições e apresentações uma forma de resistir, promovendo ideias de liberdade e questionando a autoridade vigente. A cultura se destacou como um meio de enfrentamento político, conectando-se ao conceito de diplomacia cultural e Soft Power. Assim, a arte mostrou sua força como instrumento de denúncia e mudança social, mesmo em um contexto de forte repressão.

O problema central deste estudo pode ser definido da seguinte forma: como a diplomacia cultural, enquanto expressão do Soft Power, pode ser compreendida a partir do estudo de caso da resistência durante a ditadura militar no Brasil? Teremos como foco analisar como o Soft Power, especificamente através da diplomacia cultural, foi utilizado como uma ferramenta eficaz de resistência contra a censura durante o regime militar através de composições musicais e performances artísticas, buscando apresentar uma análise coerente e difundida sobre a temática, fazendo o uso de fortes referências e embasamento teórico.

A pesquisa está dividida em 4 capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos os conceitos de soft power e diplomacia cultural. No segundo, o contexto histórico referente à ditadura civil-militar brasileira, a censura imposta durante o regime, a resistência cultural e o exílio dos artistas brasileiros. No terceiro capítulo, investigaremos se os músicos brasileiros podem ser considerados sujeitos de política externa ou agentes de diplomacia cultural, buscando relacionar os conceitos e contexto histórico mencionados. Já no quarto e último capítulo, chegaremos à conclusão final do trabalho, buscando responder à questão proposta inicialmente.

2 SOFT POWER E DIPLOMACIA CULTURAL: DEBATES CONCEITUAIS

O conceito de Soft Power pode ser entendido como uma ferramenta de poder utilizada por nações, atores estatais ou não, com o objetivo de exercer influência através de aspectos ideológicos, sociais e culturais, captando pessoas de forma não coercitiva.

A atratividade do Soft Power está diretamente ligada a cultura, valores políticos democráticos e direitos humanos de um Estado, o que acaba por gerar interesse orgânico na esfera para além do território do país, desenvolvendo relevância em diversos âmbitos internacionais e cativando investimentos.

A ideia de Soft Power ou poder brando, foi concebida por Joseph Nye, cientista político norte-americano e co-fundador da teoria da interdependência complexa, que utilizou o termo pela primeira vez no fim da década de 1980 e buscou explicar o mesmo em seu livro “Soft Power: The Means to Success in World Politics”, em 2004.

Para o autor, o Soft Power nada mais é do que "a capacidade de obter o que se quer por meio da atração, em vez de coerção ou pagamento." (NYE, 2004, p.10), além disso, para Nye, o poder brando de um país está presente em três pilares principais: sua cultura, seus valores políticos e sua política externa.

Para compreender a importância de cada um dos pilares mencionados pelo autor, é imprescindível analisar individualmente suas capacidades e influências, podendo então dar continuidade a compreensão do conceito de Soft Power para além do ambiente teórico.

No âmbito cultural, quando existe a inserção de valores universais na política de um Estado e a promoção de interesses comuns a outros países, as probabilidades da obtenção de resultados positivos aumentam por conta das relações de atração que são geradas através desse reconhecimento cultural. Vale ressaltar que a efetividade de qualquer recurso de poder depende do contexto no qual ele será aplicado, visto que apesar de a cultura ser uma das colunas estruturais do conceito, nem sempre a mesma será compreendida como atrativa e sedutora na perspectiva de países que não se reconhecem nela. Como por exemplo, os filmes de Hollywood podem ser interessantes para China e América Latina, porém geram o efeito oposto e reduzem seu poder brando em países como Arábia Saudita e Paquistão. Além da comercialização, é possível perceber a presença da cultura de forma mais orgânica através do intercâmbio cultural realizado por estudantes e trabalhadores, que muitas vezes é facilitado por países que não usufruem tanto do Soft Power de maneira comercial.

Já no campo das políticas governamentais internas e externas, os efeitos podem ser de curto a longo prazo, variando quando o contexto político muda, uma vez que o fortalecimento

ou enfraquecimento da percepção da legitimidade e moralidade de um Estado interfere diretamente em como sua imagem será percebida no meio internacional. Sendo assim, ações unilaterais ou o desrespeito de normas internacionais diminuem a atratividade de um país, tendo como exemplo a Guerra do Iraque, na qual os Estados Unidos que apesar de possuir influência cultural internacional, percebeu uma redução na percepção positiva referente a sua política externa militar.

Após a compreensão teórica e prática do conceito de Soft Power, é de suma importância compreender que o mesmo é um poder complementar ao Hard Power - entendido como poder de atuação militar e econômico. Nesse sentido, Nye defende que somente com o equilíbrio entre os poderes o Estado poderá alcançar ou manter sua hegemonia, não sendo eficiente o foco em somente uma dessas fontes de poder.

Considerando o conceito de Soft Power visto acima, passamos a analisar a categoria de diplomacia cultural. Ambas as concepções se relacionam e se misturam, mas para fins desta pesquisa, utilizaremos a definição de Edgard Telles Ribeiro (2011, p. 33), que diz que:

"A diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a *consecução de objetivos nacionais* de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica."

Uma vez definidas as ideias basilares do trabalho, analisaremos a seguir o contexto histórico da ditadura civil-militar brasileira.

3 A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: CONTEXTO HISTÓRICO

O contexto histórico e político que deu início à ditadura militar brasileira teve seu início em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros e a consequente posse de João Goulart, que enfrentou forte resistência dos setores conservadores. Esse período foi marcado por uma crescente polarização entre forças progressistas e conservadoras, gerando um cenário de instabilidade política e econômica.

Em 1964, com o apoio de elites econômicas, as Forças Armadas alinhadas a Doutrina de Segurança Nacional influenciada pelos Estados Unidos - que viam o governo de Goulart como uma ameaça à "ordem" em meio à Guerra Fria, temendo um avanço comunista e um possível descontrole social - instauraram o golpe militar, dando início a um regime autoritário que perdurou por mais de duas décadas.

“A tomada de poder do Estado foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros, em especial de um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG).” (MACHADO, 2024, p. 58)

A repressão foi justificada em nome da “segurança nacional”, nesse contexto, o governo militar buscava um modelo de “segurança e desenvolvimento” que, apesar de ter impulsionado o “milagre econômico” e elevado o PIB, também aprofundou as desigualdades e intensificou o controle estatal sobre a sociedade. A censura e a repressão atingiram diversos setores, mas, apesar das restrições, houve persistência de resistência entre movimentos estudantis, sindicais e culturais, que utilizavam formas simbólicas e críticas veladas.

Nos primeiros anos, a ditadura buscou preservar interpretações tradicionais dos direitos civis, mesmo com o regime endurecendo gradualmente. Porém a formulação dos Atos Institucionais no período de 1964 a 1969, editados pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional, foram utilizados para legislar através das Forças Armadas e aparentar certa legalidade enquanto os direitos civis eram reduzidos.

Durante esse período, a censura foi a ferramenta fundamental para a repressão, tendo como facilitador a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967), que deu respaldo jurídico a essas

ações, proibindo materiais que fossem interpretados como ofensivos à moral, aos bons costumes ou à segurança nacional, além de impor penalidades severas aos transgressores, visando restringir a liberdade de expressão e sustentar o controle ideológico e político do governo militar.

De acordo com Anne-Marie Smith (2000, p. 96), a censura é definida como "todo o impedimento ou restrição de discutir, analisar e divulgar opiniões, conceitos ou qualquer tipo de informação em um contexto político. O cerceamento da liberdade de expressão amortece as possibilidades de crítica ou questionamentos pela sociedade, sobretudo daqueles que se julgam capazes de desempenhar esse papel.". Dentro do contexto brasileiro durante a ditadura militar, dois tipos de censura foram praticados contra a imprensa, definidos como censura prévia e autocensura, ambos possuíam características comuns como a ilegalidade, atuação oculta e executadas conforme uma série de padronizações em nível nacional.

Apesar das similaridades e objetivo comum, a censura prévia consistia em revisar e bloquear, antes de sua divulgação, qualquer conteúdo jornalístico, cultural ou artístico que fosse considerado contrário aos interesses do regime, subversivo ou inadequado, sempre utilizando da fiscalização de um agente identificável imediato. Já a autocensura decorria através de ordens anônimas não assinadas, sendo definida como:

“[...] supressão intencional da informação ou de parte dela pelo jornalista ou pela empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade. [...] (KUSHNIR, 2004, p. 42)”

A partir de 1968, a censura passou a ser ainda mais cotidiana no território brasileiro, visto que com a promulgação do AI 5 em 13 de dezembro, o governo militar inaugurou seu período mais repressivo conhecido como anos de chumbo. O AI-5 deu ao presidente poderes extraordinários, permitindo a suspensão de direitos constitucionais, o fechamento do Congresso, a intervenção em estados e municípios, e a prisão de opositores sem julgamento. Este ato marcou o início de uma fase de censura, tortura e perseguição política, eliminando quase toda resistência legal e transformando o Judiciário em um instrumento do governo,

reduzindo drasticamente sua autonomia. Uma breve definição sobre a atuação do AI-5 estão presentes no site do Planalto, objetivando manter a memória histórica ativa:

“Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.”

Durante este período de repressão, perseguição e censura, a cultura foi uma das formas de resistência contra o regime militar, buscando retratar o cenário violento no qual se encontrava o contexto brasileiro através de letras que cativavam o público e driblavam os censores da ditadura. Artistas da MPB, como Chico Buarque, Elis Regina e Geraldo Vandré foram referências fundamentais dentro da música durante esse momento, utilizando de interpretações e composições emblemáticas para traduzir uma crítica velada ao regime. Além disso, Caetano Veloso e Gilberto Gil, foram líderes do movimento de contracultura brasileiro Tropicalismo, responsável por trazer uma efervescência cultural e necessidade de renovação da arte para o país, além de frequentemente fazer críticas indiretas a ditadura e à sociedade conservadora, apesar de não ser um movimento abertamente militante (BARROS, 2014, p. 45).

Canções como “Apesar de Você” de Chico Buarque e “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores” de Geraldo Vandré foram símbolos de protesto e resistência, que através das suas fortes composições atraíram a atenção não somente da população brasileira civil, mas também principalmente daqueles que estavam sendo criticados, que utilizavam de perseguição e prisões como retaliação a essa “subversão”. A prisão e confinamento domiciliar de Caetano Veloso e Gilberto Gil foi um acontecimento motivado por interpretações deturpadas de performances artísticas, como a apresentação de “É Proibido Proibir” no Festival Internacional da Canção de 1968, marcada por vaia e simbolismos que incomodaram o governo, foram mantidos sob custódia no Rio de Janeiro e depois em Salvador. Após sua libertação, em fevereiro de 1969, foram obrigados a deixar o país, exilando-se em Londres. O período no exílio foi decisivo para suas carreiras e contribuiu para a internacionalização de

suas músicas., que através deste afastamento físico e cultural do Brasil se viram imersos em culturas totalmente diferentes, influenciando fortemente suas obras que abordaram durante esse período principalmente temáticas de solidão, afastamento e desejo de retorno, assim como em “London, London” de Caetano Veloso e “Sabiá” de Chico Buarque e Tom Jobim (CAIXETA, 2014, p. 37). Uma das contribuições mais significativas para a música brasileira composta através da experiência de exílio em Londres, vem através do álbum “Transa” de Caetano Veloso, composto por músicas em inglês e português, lançado em 1972 pouco antes do seu retorno ao Brasil no mesmo ano.

A prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil foi utilizada pelo regime militar como uma estratégia para intimidar artistas e intelectuais, demonstrando a disposição do governo em reprimir qualquer manifestação cultural que pudesse ser interpretada como contrária aos seus valores. Estudos como os de Marcos Napolitano e Renato Ortiz destacam que essa ação fazia parte de uma política sistemática de controle da produção artística, especialmente após o AI-5, criando um ambiente de censura e medo que desestimulava expressões culturais que desafiavam a ordem imposta pela ditadura.

Já na segunda metade dos anos 1970, pressões internas e externas levaram a uma lenta abertura política. Sob a presidência dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), iniciou-se uma transição democrática, que culminou com a eleição de Tancredo Neves e, após sua morte, a posse de José Sarney em 1985, marcando o retorno do poder às mãos civis. A ditadura militar deixou profundas marcas na política e na sociedade brasileira, levando a reflexões duradouras sobre democracia, direitos humanos e o papel das Forças Armadas no país.

Após a compreensão do contexto histórico e político da ditadura civil-militar, o período base para a elaboração deste trabalho se encontra na instauração do Ato Institucional 5, fator que impulsionou a censura e a repressão cultural, dando início a uma onda de resistência artística que através da complexidade e inteligência, ultrapassou as barreiras impostas pelos militares. Posto isto, investigaremos se os músicos mencionados neste capítulo podem ser considerados sujeitos de política externa ou agentes de diplomacia cultural.

4 O USO DA DIPLOMACIA CULTURAL NOS ANOS DE CHUMBO (1968-1985)

Ao retomar o conceito de diplomacia cultural definido anteriormente, o mesmo pode ser compreendido como uma troca de ideias, informações, arte e outros aspectos da cultura entre nações e seus povos com o objetivo de fomentar o entendimento mútuo (CUMMINGS, 2003, p. 1). O entendimento dos conceitos de soft power, diplomacia cultural e a contextualização histórica do período da ditadura civil-militar vivenciado no Brasil são questões imprescindíveis para o desenvolvimento do objetivo principal desta pesquisa, que busca investigar e responder se os artistas da Música Popular Brasileira e do movimento Tropicalista são atores de política externa e agentes da diplomacia cultural brasileira.

Marcos Napolitano, professor e doutor em História do Brasil na Universidade de São Paulo e autor de diversas obras, dentre elas “1964: História do Regime Militar Brasileiro”, “Juventude Contracultura” e “História & Música”, busca através da pesquisa focar em história com ênfase na música popular brasileira, cinema e arte, relacionando a política com questões culturais principalmente durante a ditadura militar, auxiliando fortemente no referenciamento teórico deste trabalho.

Segundo Napolitano, além das composições ricas em simbolismo, a MPB consolidou-se em um espaço privilegiado de denúncia e resistência no exterior, ganhando destaque ao ser reconhecida como um símbolo da cultura brasileira e da luta por democracia, auxiliando na sensibilização das audiências globais, que voltaram sua atenção para as condições políticas do país.

Além da utilização da música brasileira como resistência cultural e luta nacional, ela também foi um elemento crucial na estratégia de exportação cultural por parte do regime militar brasileiro, que buscava fortalecer o Soft Power nacional. Gêneros como a bossa nova e o samba foram destacados como símbolos da identidade cultural brasileira. A bossa nova, com seu estilo refinado e influências de jazz, foi utilizada para estabelecer um diálogo com as elites culturais estrangeiras, em especial nos Estados Unidos e na Europa. Nomes como Antonio Carlos Jobim e João Gilberto participaram de turnês patrocinadas pelo governo, consolidando a imagem de uma nação moderna e sofisticada (NAPOLITANO, 2004, p. 39). O samba, por outro lado, foi promovido como expressão autêntica e alegre da cultura popular brasileira, reforçando uma narrativa exótica e cordial associada ao país. O governo também investiu em festivais de música brasileira em países como França, Estados Unidos e Japão, com o objetivo de exibir a diversidade e a riqueza artística nacional. Esses eventos eram organizados de forma a evitar a associação com os conflitos políticos internos, priorizando um

retrato cultural apolítico que pudesse atrair atenção e admiração internacional (FICO, 2001, p. 37).

Essa abordagem buscava não apenas projetar o Brasil como um polo cultural de destaque, mas também desviar o foco das críticas às violações de direitos humanos e à repressão política que caracterizavam o regime militar. A presença da MPB em festivais internacionais como o Festival de Jazz de Montreux na Suíça e as performances de Elis Regina nos Estados Unidos e Europa, favoreceu a construção de um reconhecimento sólido para o Brasil, transcendendo as fronteiras nacionais e contribuindo para a diplomacia cultural. A menção à estes eventos com a presença de artistas brasileiros no exterior, junto do investimento e patrocínio por parte do Itamaraty através do governo, que visava a promoção da cultura através de propaganda, gera um paradoxo cultural, uma vez que estes mesmos artistas promovidos internacionalmente eram vistos como “subversivos” em território nacional, que por sua vez acabava por gerar um ambiente desafiador entre a censura e a necessidade de promover o Brasil no exterior.

Exemplos de artistas que alcançaram projeção internacional durante o regime militar, como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, enfrentaram contradições significativas em sua trajetória. Embora suas obras fossem amplamente celebradas no exterior, onde eram frequentemente associadas à riqueza cultural do Brasil, esses mesmos artistas sofriam com a censura e a repressão dentro do país. Essa situação paradoxal exemplifica as tensões entre a imagem cultural promovida pelo governo e a realidade política vivida pelos artistas.(NAPOLITANO, 2004, p. 125). Os exilados como Gilberto Gil e Caetano Veloso divulgaram o movimento Tropicalista e a música brasileira em palcos internacionais, destacando a riqueza cultural do Brasil e contribuindo para criação da sua identidade como agentes de diplomacia cultural. A projeção de identidade cultural brasileira através da música foi uma maneira de trazer os holofotes não somente para questões de fortalecimento dos artistas no âmbito internacional, mas principalmente para ampliar o conhecimento sobre as questões sociais vividas no país na época.

Caetano e Gil são fortes exemplos de atuação na política externa através da arte, visto que apesar de afastados de sua terra natal, suas músicas continuaram a circular internacionalmente e atraíram a atenção de públicos progressistas, que enxergavam nelas uma expressão de resistência ao autoritarismo, como mencionado anteriormente. A popularidade desses artistas no exterior, especialmente em países europeus, destacou o impacto das manifestações culturais brasileiras como ferramentas de denúncia e resistência em tempos de opressão. Suas obras, carregadas de significados políticos, atraíram a atenção de públicos

estrangeiros, que passaram a enxergar a cultura brasileira como uma forma de resistência ao autoritarismo (NOGUEIRA, 2006).

Essa dicotomia também expôs a fragilidade do projeto do regime, que ao tentar utilizar até mesmo as produções críticas como ferramenta de soft power, buscando projetar uma imagem de um Brasil inovador e culturalmente rico (XAVIER, 2001), não conseguia evitar que a cultura promovida internacionalmente fosse reinterpretada como resistência, tendo o efeito contrário ao que era esperado. Sendo assim, a análise desse paradoxo revela como a cultura, mesmo quando instrumentalizada pelo poder, pode servir como espaço de resistência e transformação, questionando as bases de regimes autoritários e promovendo valores democráticos.

Além da música, outras manifestações artísticas também tiveram um papel essencial nessa narrativa, como o cinema, representado pelos filmes do Cinema Novo. Essas obras, apesar de abordarem críticas sociais, foram promovidas internacionalmente como exemplos da criatividade e modernidade cultural brasileira. Obras como *Terra em Transe* (1967) e *Vidas Secas* (1963) destacaram-se em festivais internacionais, apresentando ao público global uma análise crítica das condições políticas e sociais do país. Essa dinâmica ampliou o impacto da resistência cultural e chamou atenção para as práticas autoritárias do regime (CALABRE, 2005).

O reconhecimento internacional do Cinema Novo e de outros movimentos cinematográficos brasileiros não apenas destacou o Brasil como um centro de produção cultural, mas também evidenciou o potencial da arte como um instrumento de crítica e transformação social. Esse impacto perdura mesmo após o fim da ditadura, influenciando produções contemporâneas que investigam as complexas relações entre poder, cultura e resistência. Um exemplo disso é o filme *Ainda Estou Aqui* (2023), que ao abordar questões de memória e identidade, dialoga com o legado desses cineastas ao explorar as marcas do autoritarismo e as possibilidades de resiliência através da arte, se mostrando um perfeito case de Soft Power e diplomacia cultural na atualidade, visto que conquistou muito além da crítica internacional, mas também indivíduos que até o momento presente talvez nem soubesse a magnitude da ditadura na história do Brasil.

Sendo assim, através da pesquisa realizada, é possível verificar que durante a ditadura militar no Brasil, os artistas desempenharam um papel fundamental como protagonistas da política externa e promotores da diplomacia cultural. Renato Ortiz, em *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (1985), argumenta que a exportação da cultura brasileira durante a ditadura consolidou uma percepção mais ampla da identidade e das lutas do país no cenário

global. Por meio da música, do cinema e de outras formas de expressão artística, eles ultrapassaram as barreiras nacionais, levando ao mundo uma maior compreensão das questões sociais e políticas enfrentadas no país. Esse impacto, que ainda ressoa nas produções artísticas atuais, demonstra como a cultura pode ser uma poderosa ferramenta de resistência e um meio de difundir valores democráticos.

5 CONCLUSÃO

A partir da pesquisa conduzida, evidencia-se que os artistas brasileiros atuaram como atores significativos de política externa durante a ditadura militar, utilizando a diplomacia cultural como ferramenta de resistência e projeção internacional. Suas obras transcendem as barreiras da censura e repercutiram globalmente, denunciando o autoritarismo e reforçando a identidade cultural do país.

Por meio de gêneros como a MPB e a Tropicália, bem como de performances e exílios estratégicos, artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque criaram uma conexão cultural que sensibilizou audiências internacionais para a realidade política brasileira. Esse impacto foi ampliado por eventos culturais e festivais patrocinados, que, embora promovidos pelo regime para fortalecer o soft power nacional, frequentemente resultaram em uma interpretação de resistência ao autoritarismo.

Assim, os músicos e artistas brasileiros não apenas representaram a riqueza cultural do país, mas também foram agentes de transformação e questionamento político, consolidando seu papel como protagonistas de uma diplomacia cultural que reforçou valores democráticos e deu voz às lutas por liberdade no cenário internacional. Esse legado permanece como um testemunho do poder da arte como instrumento de mudança social e política.

REFERÊNCIAS

Arte que Acontece. 60 anos da Ditadura Militar: Dez artistas que abordaram o tema. São Paulo, Arte que Acontece, 2024. Disponível em: <https://artequaeacontece.com.br/60-anos-da-ditadura-militar-dez-artistas-que-abordaram-o-tema/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BARROS, Patrícia Marcondes de. “Tropicália”: A face da nascente contracultura no Brasil nos anos de chumbo”. *Revista de Literatura, História e Memória*. Dossiê Ditaduras, memórias e suas representações artísticas. Vol. 10, Nº 15, 2014, pp. 45-57. ISSN 1809-5313.

CAIXETA, Maria Helena. Músicas de Protesto: Cantando o Exílio na Ditadura Civil Militar (1964–1985). 2014. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação (História) - Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio.

CALABRE, Lia. A era dos festivais: uma parábola. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

CUMMINGS, Milton C. Jr. Cultural Diplomacy and the United States Government: A Survey. Washington, D.C.: Center for Arts and Culture, 2003.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Governo Federal - Memórias Reveladas. A história de “O Bêbado e a Equilibrista” na voz de Elis Regina. Brasília, Governo Federal, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/a-historia-de-2018o-bebado-e-a-equilibrista2019-na-voz-de-elis-regina>. Acesso em: 02 nov. 2024.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Brasília, Planalto, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em: 08 out. 2024.

MACHADO, Patrícia da Costa. Justiça ou impunidade? O poder judiciário e os crimes de Estado das ditaduras do CONESUL (1964-2016). 2020. 563 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Resistência cultural: Cinema Novo e ditadura militar. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura brasileira: utopia e massificação (1964-1984). São Paulo: Contexto, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. História e Música. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. História e Música: A Ditadura e os Sons do Protesto. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. MPB sob suspeita: a cena musical vista sob a ótica dos serviços de vigilância política. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p. 103-126, jan./jul. 2004.

NOGUEIRA, Celso. O exílio e a música popular brasileira. Campinas: UNICAMP, 2006.

NYE, Joseph S. Soft Power: The Means to Success in World Politics. 1. ed. New York: Public Affairs, 2004.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Edgard Telles. A diplomacia cultural e seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SHAW, Lisa. Tropical Travels: Brazilian Popular Culture, Globalization, and Identity. Austin: University of Texas Press, 2015.

SMITH, Anne-Marie. Um Acordo Forçado - O Consentimento Da Imprensa À Censura No Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

UNIESE. Dossiê Ditaduras, Memórias e suas Representações Artísticas. Anápolis, UEG, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/4822>. Acesso em: 20 nov. 2024.

XAVIER, Ismail. O cinema brasileiro moderno. São Paulo: Paz e Terra, 2001.